



REQUERIMENTO Nº , de 2017 (CAS)

Requeiro, nos termos do arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal c/c art. 90, inciso III e art. 397, § 1º, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja **convocado** o Senhor Osmar José Serraglio, Ministro de Estado da Justiça, com vistas a informar e explicar a respeito da sua participação nos eventos que resultaram na operação “carne fraca” desencadeada pela Polícia Federal na sexta-feira (17/03) em todo o país.

JUSTIFICAÇÃO

A operação “carne fraca”, deflagrada no dia 17 de março de 2017, sexta-feira, considerada a maior operação já realizada pela Polícia Federal, dá conta de que cerca de 40 empresas do setor alimentício estão envolvidas em um esquema de corrupção que liberava a comercialização de alimentos produzidos por frigoríficos sem a devida fiscalização sanitária.

Segundo o noticiado, indícios do inquérito revelaram que carnes eram vendidas fora do prazo de validade, misturadas com papelão e até com substâncias cancerígenas.

O nome do Ministro da Justiça aparece em gravação divulgada pela imprensa em conversa telefônica com o fiscal Daniel Gonçalves Filho, a quem chamou de “grande chefe”. Na conversa, o Ministro, então deputado



federal, tomou as dores do dono de um frigorífico que estava sob fiscalização. Tanto o fiscal quando o proprietário do frigorífico são investigados na operação “carne fraca”.

Deve o Ministro da Justiça, a toda evidência, esclarecer sua participação no escândalo que, inclusive, pode causar gravíssimo dano a um setor de extrema importância para o Brasil e suas exportações. O nosso país responde por cerca de 40% das exportações mundiais de carne avícola, 20% das de carne bovina e de quase 9% das suínas. Tal setor estimula uma longa cadeia produtiva que envolve milhões de brasileiros e suas famílias. Obviamente, há países que estão de olho nesse mercado.

Além disso, esse novo escândalo causa grande impacto e comoção porque envolve a saúde e o bem-estar de milhões de consumidores brasileiros, ameaçados pela falta de escrúpulos de empresários e fiscais públicos. O envolvimento do ministro da pasta da Justiça é de extrema gravidade e obriga o Senado a convocá-lo para ouvir suas explicações.

Sala da comissão,

Senadora Gleisi Hoffmann



SF/17565.91754-26